

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2014, acompanhadas das respectivas notas explicativas e relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. Devido a algumas normas emitidas pelo CPC e vigentes na data de publicação dessas demonstrações financeiras ainda não terem sido referendadas pela SUSEP, essas demonstrações financeiras não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. **1. Conjuntura econômica:** Em 2014, a economia brasileira apresentou baixo nível de crescimento e a demanda doméstica perdeu força, com queda no consumo e retração nos investimentos. Esse contexto de atividade enfraquecida refletiu a piora dos fundamentos da economia, principalmente inflação ascendente e um quadro fiscal que requer atenção. Apesar das circunstâncias adversas, a renda e o nível de emprego apresentaram melhora em relação ao ano de 2013. A economia mundial também foi caracterizada por crescimento fraco, notadamente nos países emergentes, observando-se nos países desenvolvidos desempenho melhor, em especial nos EUA. A demanda externa contribuiu pouco para o crescimento, refletindo a queda nas exportações de produtos básicos e manufaturados. No caso dos produtos básicos, houve forte queda nos preços de commodities no segundo semestre, agravada pelos efeitos da desaceleração da economia chinesa. No caso dos produtos manufaturados, verificou-se piora em parceiros comerciais importantes para o Brasil, em especial na América Latina. No final de 2014, teve início um novo ciclo de ajustes voltados à recuperação dos fundamentos da economia e promoção de um ambiente favorável ao crescimento nos próximos anos. O governo e a nova equipe econômica acreditam que a alta nas

taxas de juros e medidas no campo fiscal possam recolocar a inflação em trajetória compatível com as metas. No mercado de seguros, nosso principal mercado, dados preliminares da SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) indicam que a receita com prêmios alcançou um volume total de R\$ 161,6 bilhões, um aumento de 16,6%. Se forem desconsiderados os prêmios dos planos da modalidade VGBL, o mercado de seguros teria atingido a cifra de R\$ 90,2 bilhões contra R\$ 82,9 bilhões em 2013, um crescimento de 8,8%. O segmento de automóveis representou a maior parcela da receita, com participação de 35,6% no total de prêmios emitidos em 2014. Já no mercado de saúde suplementar, segundo dados disponibilizados pela ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) para os nove primeiros meses de 2014, a receita total era de R\$ 94,6 bilhões para o período em questão, o que representava um crescimento de 16,2% ante o mesmo período de 2013.

2. Principais informações financeiras:

(R\$ milhões)	2014	2013	Variação
Prêmios de seguros	14,8	27,6	(46,6%)
Prêmios ganhos	14,5	27,7	(47,5%)
Receita com emissão de apólices	0,9	1,6	(47,8%)
Sinistros ocorridos	(12,8)	(24,2)	47,1%
Custos de aquisição	(0,2)	(0,4)	47,9%
Margem bruta	2,4	4,8	(49,4%)
Resultado antes dos impostos e participações	0,0	3,0	NA
Lucro (prejuízo) líquido	(1,4)	1,8	NA

3. Comentário sobre o desempenho: No ano de 2014, a receita de prêmios de seguros atingiu R\$ 14,8 milhões, 46,6% abaixo da receita obtida no ano anterior.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (em milhares de reais)

	Notas	2014 (Reclassificado)	2013
Ativo			
Circulante		21.284	42.324
Disponível		59	239
Caixa e bancos		59	239
Aplicações	5	16.319	36.147
Outros créditos operacionais	6	1.836	2.285
Títulos e créditos a receber		3.070	3.653
Títulos e créditos a receber		582	1.312
Créditos tributários e previdenciários	7	188	9
Outros créditos	12	2.300	2.332
Ativo não circulante		10.510	11.501
Realizável a longo prazo		10.462	11.385
Aplicações	5	15	16
Títulos e créditos a receber		10.447	11.369
Créditos tributários e previdenciários	7	146	1.759
Depósitos judiciais e fiscais	13	10.229	9.545
Outros créditos operacionais		72	65
Investimentos		16	16
Imóveis destinados a renda		16	16
Imobilizado		20	62
Bens móveis		14	46
Outras imobilizações		6	16
Intangível		12	38
Outros intangíveis		12	38
Total do ativo		31.794	53.825

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Notas	2014 (Reclassificado)	2013
Passivo			
Circulante		9.154	30.959
Contas a pagar		37	481
Obrigações a pagar	8	31	460
Impostos e encargos sociais a recolher		1	3
Impostos e contribuições		5	10
Outras contas a pagar		5	8
Débitos de operações com seguros e resseguros		1.521	1.962
Outros débitos operacionais	9	1.521	1.962
Provisões técnicas - seguros	10	7.596	28.516
Danos		7.596	28.516
Passivo não circulante		7.869	6.684
Contas a pagar		7.401	6.238
Obrigações a pagar	8	6.687	6.238
Tributos diferidos	7	714	-
Outros débitos		468	446
Provisões judiciais	13	468	446
Patrimônio Líquido		14.771	16.182
Capital social	14.1	9.866	9.866
Reservas de lucros		4.906	6.318
Ajustes de avaliação patrimonial		(1)	(2)
Total do passivo		31.794	53.825

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (em milhares de reais, exceto quando mencionado)

	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas de lucros	Ajustes de títulos e valores mobiliários	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 01/01/2013	9.866	329	4.614	4.943	(1)	-	14.808
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(1)	-	(1)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.803	1.803
Proposta para distribuição do resultado:							
Reserva legal	-	90	-	90	-	(90)	-
Reserva estatutária	-	-	1.285	1.285	-	(1.285)	-
Dividendos propostos - R\$1,7618 por ação ON e R\$1,9380 por ação PN	-	-	-	-	-	(428)	(428)
Saldos em 31/12/2013	9.866	419	5.899	6.318	(2)	-	16.182
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	1	-	1
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	(1.412)	(1.412)
Compensação de prejuízos com reserva estatutária	-	-	(1.412)	(1.412)	-	1.412	-
Saldos em 31/12/2014	9.866	419	4.487	4.906	(1)	-	14.771

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (em milhares de reais)

	2014 (Reclassificado)	2013
Atividades operacionais		
Recebimentos de prêmios de seguro	21.724	26.732
Recuperações de sinistros e comissões	9	6
Outros recebimentos operacionais (ressarcimentos e outros)	3.714	4.036
Pagamentos de sinistros e comissões	(19.394)	(26.324)
Repasse de prêmios por cessão de riscos	(359)	(293)
Pagamentos de despesas com operações de seguros	(10)	(87)
Pagamentos de despesas e obrigações	(1.468)	(1.743)
Pagamento de indenizações e despesas em processos judiciais	(26)	(2)
Outros pagamentos operacionais	(605)	(376)
Constituição de depósitos judiciais	(1.134)	(3.172)
Caixa gerado (consumido) pelas operações	2.451	(918)
Impostos e contribuições pagos	(1.215)	(1.740)
Investimentos financeiros:		
Aplicações	(13.226)	(7.771)
Vendas e resgates	10.999	10.398
Rendimento	1.239	374
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	248	343
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos	(428)	(275)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(428)	(275)
Aumento (redução) líquido de caixa	(180)	68
Caixa no início do exercício	239	171
Caixa no final do exercício	59	239

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional: A SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, denominada "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, autorizada a operar na região 6 (Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais) pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) com seguros de danos, podendo participar em outras sociedades, e que tem como acionistas a Sul América Companhia Nacional de Seguros, denominada "SALIC", que detém a participação de 52,69% e a Saepar Serviços e Participações S.A., denominada "NOVA SAEPAR", com 47,31% de participação. A Companhia opera somente com a carteira do convênio de seguro de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (DPVAT), cuja cota de participação na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., denominada "Seguradora Líder", a responsável pela administração dos Consórcios do Seguro DPVAT, é de 0,17% em 31/12/2014 (0,69% em 2013). Nessas demonstrações financeiras, o conjunto de empresas formado pela Sul América S.A., denominada "SASA" e suas controladas, o qual a Companhia faz parte (controlada indireta da SASA), é tratado pelo termo "SulAmérica". A SASA tem como controladora a Sulasapar Participações S.A., denominada "SULASAPAR", com 50,90% das ações ordinárias, 0,01% das ações preferenciais e 25,69% de participação total. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** **2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. Devido a algumas normas emitidas pelo CPC e vigentes na data de publicação dessas demonstrações financeiras, ainda não terem sido referendadas pela SUSEP, essas demonstrações financeiras não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. A Administração avaliou as normas emitidas pelo CPC e ainda não referendadas pela SUSEP e entende que a adoção destas normas, quando aprovadas pelo órgão regulador, não irá gerar efeitos significativos no resultado ou patrimônio líquido da Companhia. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 483, emitida em 06/01/2014 e não sofreram alterações em relação ao modelo anterior estabelecidos na Circular SUSEP nº 464/2013. Com o objetivo de

atender a exigência de divulgação do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia reclassificou seus débitos e créditos tributários de 2013, alinhando-os aos apresentados em 2014, pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição. Em 31/12/2013, os R\$813 de débito tributário que foram divulgados na rubrica "Tributos diferidos", no passivo não circulante, foram reclassificados para o ativo não circulante, para a rubrica "Créditos tributários e previdenciários". A Companhia entende que essas reclassificações, para fins de divulgação, e que não afetam o capital circulante líquido, não são relevantes. A Diretoria autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 24/02/2015. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (nota 5); e • Instrumentos financeiros disponíveis para venda (nota 5). **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Operações do seguro DPVAT:** Os saldos dos ativos e passivos correspondentes ao percentual de participação nas operações do convênio DPVAT, são registrados contabilmente com base no Mapa DPVAT elaborado e encaminhado, mensalmente, pela Seguradora Líder e estão representados por: **Aplicações:** Classificadas no circulante e contemplam os títulos vinculados para a garantia das provisões técnicas; **Outros créditos operacionais:** Classificados no circulante e representados pelos prêmios a receber; **Depósitos judiciais:** Classificados no não circulante e representam os valores depositados para a garantia das ações judiciais; **Imobilizado:** Contempla os equipamentos, móveis, máquinas, utensílios e benfeitorias em imóveis de terceiros; **Intangível:** Representa os gastos com desenvolvimento de software; **Outros débitos operacionais:** Representa o contas a pagar da companhia; **Provisões técnicas - seguros:** A provisão de sinistros a liquidar (PSL) e provisão para sinistros ocorridos, mas não avisados - Incurred But Not Reported (IBNR) representam os valores estimados dos pagamentos prováveis, líquidos de recuperação dos valores a recuperar das seguradoras consorciadas, dos sinistros avisados administrativa e judicialmente; e **Provisões técnicas - seguros (outras provisões):** Representada pela provisão de despesas administrativas (PDA). **3.2. Apuração do resultado:** O resultado, incluindo o seguro DPVAT, é apurado pelo regime contábil de competência. **3.3. Balanço patrimonial:** • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • Os ativos e passivos sujeitos a atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e • Os saldos de créditos tributários não são ajustados a valor presente. **3.4. Instrumentos financeiros:** **3.4.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado: Títulos e valores mobiliários:** Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Rendimentos, valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Em alguns casos, títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos da SulAmérica. **3.4.2. Disponível para a venda:** Títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "empréstimos e recebíveis" ou "mantidos até o vencimento" são classificados como "disponíveis para venda" e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas ou quando há redução ao valor recuperável, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **3.4.3. Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. **3.5. Depósitos judiciais e fiscais:** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esses ativos são reconhecidos no resultado. **3.6. Redução ao valor recuperável:** A Companhia avalia mensalmente o valor recuperável dos seus instrumentos financeiros e outros ativos, quando aplicável, conforme legislação em vigor. A redução ao valor recuperável, quando existente, é apurada conforme metodologia interna aplicada, que segue as normas emitidas pelo CPC e SUSEP e monitorada até a recuperação do valor ou a extinção do ativo. Quando os ativos financeiros, incluindo recebíveis, tem redução ao valor recuperável por perdas de crédito, esse valor é registrado em uma conta separada, sem reduzir diretamente o valor contábil do ativo. **3.7. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até 3 anos. Para efeito de

Os sinistros ocorridos somaram R\$ 12,8 milhões, 47,1% menores que em 2013. Os custos de aquisição somaram R\$ 207 mil e, neste mesmo período, houve prejuízo líquido de R\$ 1,4 milhão. **4. Distribuição do resultado:** Em 31/12/2014, a Companhia apresentou prejuízo no valor de R\$ 1,4 milhão. Em 2013, a distribuição do resultado da Companhia foi a seguinte:

(R\$ milhões)	2013
Descrição	
Lucro antes dos impostos e participações	3,0
(-) Impostos e contribuições	(1,2)
Lucro líquido do exercício	1,8
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(0,1)
Lucro líquido ajustado	1,7
Dividendos obrigatórios	
25% do lucro líquido ajustado	0,4
Total dos dividendos obrigatórios propostos	0,4
Destinação:	
Constituição de reserva estatutária	1,3

5. Investimentos: A Companhia não possui investimentos diretos ou indiretos em sociedades coligadas e controladas. **6. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento":** A Companhia não possui ativos classificados na categoria "mantidos até o vencimento". **7. Acordo de acionistas:** A Companhia não é parte de nenhum acordo de acionistas. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2015. **A ADMINISTRAÇÃO.**

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

	Notas	2014 (Reclassificado)	2013
Prêmios emitidos		14.761	27.632
Variações das provisões técnicas de prêmios		(220)	70
Prêmios ganhos	15.1	14.541	27.702
Receita com emissão de apólices		856	1.641
Sinistros ocorridos	15.2	(12.781)	(24.182)
Custos de aquisição	15.3	(207)	(397)
Outras receitas e despesas operacionais	15.4	(1.011)	(1.734)
Despesas administrativas	15.5	(979)	(1.478)
Despesas com tributos		(1.486)	501
Resultado financeiro	15.6	1.079	884
Resultado patrimonial		10	16
Resultado antes dos impostos e participações		22	2.953
Imposto de renda	16	(1.061)	(703)
Contribuição social	16	(373)	(447)
Lucro/(prejuízo) líquido		(1.412)	1.803
Quantidade de ações		231.624	231.624
Lucro / (prejuízo) líquido por lote de ações - R\$		(6,10)	7,78

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (em milhares de reais)

	2014 (Reclassificado)	2013
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(1.412)	1.803
Ganhos não realizados com ativos financeiros disponíveis para venda	2	(2)
Imposto de renda e contribuição social relacionados aos componentes dos outros resultados abrangentes	(1)	1
Outros componentes do resultado abrangente	1	(1)
Resultado abrangente do exercício	(1.411)	1.802

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançado pela mesma autoridade tributária. **3.8. Provisões para ações judiciais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à legalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica "Obrigações a pagar", no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente. **3.9. Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. A Diretoria, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pela Diretoria é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. **3.10. Contratos de seguro:** O CPC 11 define as características que um contrato deve atender para ser definido como um "contrato de seguro". A Administração procedeu à análise de seus negócios para determinar que suas operações caracterizam-se como "contrato de seguro". Nessa análise, foram considerados os preceitos contidos no CPC. **3.11. Estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o CPC requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à probabilidade de êxito nas ações judiciais e ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e demais ativos sujeitos a avaliação pelo valor justo. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Instrumentos financeiros mensurados a valor justo através do resultado e disponíveis para a venda (nota 5); • Créditos e débitos tributários (nota 7); • Provisão de sinistros a liquidar e IBNR (nota 10); e • Ações judiciais (nota 13). **3.12. Ativos e passivos sem vencimento:** A Companhia opera exclusivamente com o DPVAT e registra as operações de acordo com o informe da Seguradora Líder.

governamentais (Levies) (nova interpretação): A Companhia aplicou o IFRIC 21 pela primeira vez no exercício atual. Esta norma endereça o momento de reconhecer um passivo decorrente da obrigação de pagamento de tributos impostos por um governo. A aplicação dessa interpretação pela Companhia não trouxe impactos materiais nas divulgações ou montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras. **Alterações e novas interpretações revisadas já emitidas e ainda não adotadas:** • **IFRS 9 - Instrumentos financeiros (novo pronunciamento):** Introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. A Companhia ainda está avaliando os impactos da nova norma em suas demonstrações financeiras e aos possíveis efeitos na política de investimentos e no gerenciamento de ativos e passivos (ALM). • **IFRS 15 - Receita de contratos com clientes:** A nova norma introduz a obrigação de reconhecer a receita quando representar a transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes no que reflete a consideração de qual montante esperado que seja capaz de ser trocado por aqueles bens ou serviços e entrará em vigor em 1º de janeiro de 2017 (inclusive), porém não é aplicável a contratos de seguros e, portanto, não é relevante para a Companhia. **(b) Receita Federal do Brasil (RFB):** Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei Federal nº 12.973/2014 que traz alterações na legislação tributária federal e tem por objetivo harmonizar as regras que regem os tributos federais com os novos critérios e procedimentos contábeis implantados pelas Leis nºs 11.638/2007 e 11.941/2009 (normas contábeis internacionais - IFRS), extinguindo o Regime Tributário de Transição (RTT). A norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015 com a opção de adoção antecipada já a partir de 1º de janeiro de 2014. A Companhia avaliou e concluiu que não há efeitos relevantes e que não irá adotar a norma antecipadamente e sim, a partir de 1º de janeiro de 2015 (inclusive). **4. Gerenciamento de riscos:** A SulAmérica investe no desenvolvimento contínuo de seus protocolos de gestão dos riscos resultantes de seus contratos e processos, inspirada nas melhores práticas internacionais. O gerenciamento dos riscos corporativos é realizado de forma integrada entre as linhas de defesa da SulAmérica que compreende as unidades de negócios, as áreas corporativas de gestão de riscos, Compliance e controles internos, a estrutura

de comissão permanente e Comitê Colegiados de gestão de riscos e o suporte da área de auditoria interna. A estrutura desenvolvida permitiu a SulAmérica implementar um processo contínuo e evolutivo, estabelecido pelo Conselho de Administração, supervisionado pelo Comitê de Auditoria e executado pelo corpo executivo em processos integrados de identificação dos riscos, quantificação, reporte, monitoramento e planos de ação de resposta as ameaças que estejam em desacordo com o apetite a riscos estabelecido na organização. Com a finalidade de suportar o alcance dos objetivos estabelecidos, o processo de gestão de riscos compreende todos os riscos corporativos, incluindo, mas não limitado aos riscos de subscrição, crédito, mercado e operacional. **4.1. Risco de concentração das operações:** A Companhia trabalha somente com a Seguradora Líder porque opera somente em DPVAT e apenas essa seguradora está habilitada a administrar esse seguro no Brasil, onde cada uma das seguradoras possui um percentual de participação na operação (vide nota 1). A atuação da Companhia em DPVAT, através da Seguradora Líder, está concentrada nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais, conforme nota 1. **4.2. Risco de mercado:** Definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado dos ativos e passivos financeiros ou de seguros, inclui o risco de oscilação nos investimentos devido a flutuações de taxa de juros, preço de ações, oscilações de câmbio ou variações nos passivos de seguros decorrentes de mudanças nas variáveis macroeconômicas. A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica aprovada pelo Comitê de Investimentos da SulAmérica. Diariamente e de acordo com a política de investimentos é apurado o VaR (value at risk) e realizado testes de stress na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do apetite a risco de mercado estabelecido. **4.3. Risco de liquidez:** A política de investimentos da SulAmérica prevê montantes mínimos que devem ser investidos em ativos de alta liquidez para mitigar o risco de não pagamento de sinistros. A Companhia realiza projeções diárias do caixa e testes de stress para detectar previamente qualquer situação de anormalidade, possuindo um controle diário sobre o risco de liquidez da Companhia. As tabelas a seguir, apresentam as expectativas de vencimentos e pagamentos dos principais ativos e passivos financeiros e de seguros em 31/12/2014 e 2013.

Descrição	2014			Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Valor contábil
	Até 2 anos ou sem vencimento	Mais de 2 anos e até 5 anos	Mais de 5 anos e até 10 anos			
Instrumentos Financeiros						
Aplicações Financeiras	9.468	2.426	4.433	16.327	16.319	(8)
Valor justo por meio do resultado	8.651	-	-	8.651	8.651	-
Disponível para venda	817	2.426	4.433	7.676	7.668	(8)

Descrição	2013			Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Valor contábil
	Até 2 anos ou sem vencimento	Mais de 2 anos e até 5 anos	Mais de 5 anos e até 10 anos			
Instrumentos Financeiros						
Aplicações Financeiras	35.108	1.045	-	36.153	36.147	(6)
Valor justo por meio do resultado	28.947	-	-	28.947	28.947	-
Disponível para venda	6.161	1.045	-	7.206	7.200	(6)

O critério de apresentação dos instrumentos financeiros utilizado na tabela por idade foi pela data de vencimento destes ativos. No entanto, alguns instrumentos financeiros possuem liquidez imediata apesar de estarem distribuídos pelas diversas faixas da tabela, sendo na sua totalidade suficientes para honrar as obrigações nas datas previstas. **4.4. Risco de crédito:** O risco de crédito advém da possibilidade da Companhia não receber os valores decorrentes dos bilhetes vendidos pela Seguradora Líder e dos créditos detidos juntos as instituições financeiras decorrentes das aplicações financeiras. Com relação ao risco de recebimento dos bilhetes a receber, a Administração da Companhia avalia que não há risco relevante de crédito. No tocante à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras, os limites são estabelecidos através de um comitê de crédito. Resumidamente, os critérios para exposição de crédito adotados pela Companhia, são os seguintes: **a) Títulos públicos federais:** até 100%; **b) Títulos públicos estaduais e municipais:** 0%; **c) Empresas não financeiras (títulos corporativos):** é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos. Como decorrência dessa análise, é elaborado um score (categoria de risco interno). Com base no score obtido, é estabelecido um limite de crédito. Esse limite será utilizado para limitar a exposição máxima a títulos de emissão de uma determinada empresa não financeira. **d) Instituições financeiras:** é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos. Como decorrência dessa análise, é elaborado um score. Com base no score obtido, é estabelecido um limite de crédito e de prazos máximos de risco para compra de papéis emitidos por instituições financeiras. Os limites de exposição a risco são monitorados regularmente pela área de Análise Quantitativa e de Risco sendo avaliados de forma consolidada. **4.5. Gestão do capital:** A Companhia apura mensalmente, a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao capital regulatório requerido. Os resultados destas análises são

transformados em métricas de acompanhamento, divulgadas e discutidas em reuniões específicas pela alta administração. A tabela abaixo demonstra a suficiência do capital regulatório em relação ao PLA apurado no período:

Descrição	2014
Patrimônio líquido contábil	14.771
Deduções:	
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social	(65)
Ativos intangíveis	(12)
Imóveis urbanos e fundos de investimentos imobiliários com lastros em imóveis urbanos, considerando reavaliações, redução ao valor recuperável e depreciação, que excedam 14% do ativo total ajustado;	(16)
Patrimônio líquido ajustado - PLA (a)	14.678
Capital base (b)	4.000
Capital de risco (c)	1.009
Capital de risco de subscrição (d)	-
Capital de risco operacional (e)	97
Capital de risco de crédito (f)	912
Capital de risco de mercado (g)	-
CRM = Maior entre capital base e capital de risco (h)	4.000
Suficiência de capital - R\$ (i) = (a) - (h)	10.678
Suficiência de capital - % (j) = (i) / (a)	72,75%

5. Aplicações: 5.1. Composição das aplicações:

Descrição	2014		Taxa média de juros	Total
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda		
Títulos de renda fixa - públicos	-	7.670	7.668	7.668
Letras financeiras do tesouro	-	7.670	7.668	7.668
Títulos de renda variável	-	6	-	-
Ações	-	6	6	6
Impairment	-	-	(6)	(6)
Cotas de fundos de investimentos	8.651	8.651	-	8.651
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	8.651	8.651	-	8.651
Subtotal	8.651	8.651	7.676	16.319
Percentual de participação nas aplicações		53,0%	47,0%	100%
Outras aplicações				15
Total				16.334
Circulante				16.319
Não circulante				15

Descrição	2013		Taxa média de juros	Total
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda		
Títulos de renda fixa - públicos	-	7.200	7.200	7.200
Letras financeiras do tesouro	-	7.200	7.200	7.200
Títulos de renda variável	-	6	-	-
Ações	-	6	6	6
Impairment	-	-	(6)	(6)
Cotas de fundos de investimentos	28.947	28.947	-	28.947
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	28.947	28.947	-	28.947
Subtotal	28.947	28.947	7.206	36.147
Percentual de participação nas aplicações		80%	20%	100%
Outras aplicações				16
Total				36.163
Circulante				36.147
Não circulante				16

5.2. Movimentação das aplicações:

	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda	
	Total	2014	Total	2013
Saldo em 01/01/2013	27.604	7.633	35.237	
Aplicações	6.722	1.049	7.771	
Aplicações DPVAT	5.335	-	5.335	
Rendimento resgate	(145)	(229)	(374)	
Rendimento resgate DPVAT	(1.850)	-	(1.850)	
Principal resgate	(8.544)	(1.854)	(10.398)	
Principal resgate DPVAT	(2.256)	-	(2.256)	
Resultado financeiro	2.126	603	2.729	
Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos	(45)	-	(45)	
Ajuste a valor de mercado	-	(2)	(2)	
Saldo em 31/12/2013	28.947	7.200	36.147	

	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda	
	Total	2014	Total	2013
Saldo em 31/12/2013	28.947	7.200	36.147	
Aplicações	4.805	8.421	13.226	
Aplicações DPVAT	4.619	-	4.619	
Rendimento resgate	(86)	(1.153)	(1.239)	
Rendimento resgate DPVAT	(5.278)	-	(5.278)	
Principal resgate	(3.570)	(7.429)	(10.999)	
Principal resgate DPVAT	(21.616)	-	(21.616)	
Resultado financeiro	1.455	627	2.082	
Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos	(625)	-	(625)	
Ajuste a valor de mercado	-	2	2	
Saldo em 31/12/2014	8.651	7.668	16.319	

5.3. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado: Os ativos mantidos em carteira são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela BM&FBOVESPA. Em 2014 e 2013 não ocorreram transferências de instrumentos financeiros entre níveis de hierarquia e esses instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo: (i) Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; (ii) Nível 2: Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (iii) Nível 3: Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis. Modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo. **Nível 2: Títulos de renda fixa -**

públicos: Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA; **Cotas de fundos de investimentos:** Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada. A estimativa utilizada pela SulAmérica para apurar o valor de mercado dos demais saldos das contas a receber e a pagar contabilizados no circulante e não circulante aproximam-se dos seus correspondentes valores de realização e exigibilidade, respectivamente, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos.

Descrição	2014		2013	
	Nível 2	Nível 2	Nível 2	Nível 2
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado	8.651	28.947	7.668	7.200
Disponível para venda	-	-	16.319	36.147
Total	8.651	28.947	24.000	43.347

6. Outros créditos operacionais: O montante é referente a contas a receber do consórcio DPVAT, conforme informe da Seguradora Líder, que em 31/12/2014 é de R\$1.836 (R\$2.285 em 2013).

7. Créditos e débitos tributários diferidos: A seguir, posição dos créditos tributários e previdenciários líquida dos débitos tributários.

Descrição	2014		2013	
	Nível 2	Nível 2	Nível 2	Nível 2
Ativos financeiros				
Impostos a compensar / recuperar (nota 7.3)	334	146	-	-
Créditos tributários (nota 7.4)	-	2.435	-	-
Débitos tributários (nota 7.4)	-	(813)	-	-
Total	334	1.768	-	-
Circulante	188	9	-	-
Não circulante	146	1.759	-	-

7.2. Débitos tributários: Em 31/12/2014, a Companhia apresentou débitos tributários superiores aos créditos tributários de mesma natureza e jurisdição.

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo			Passivo			Receita			Despesa		
			2014	2013	2014	2013	2014	2014	2013	2014	2014	2013		
Saepar Serviços e Participações S.A. (a)	Controladora indireta	Sul América S.A.	-	-	-	203	-	-	-	-	-	-	-	-
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (b)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	1	1	-	(15)	(19)	-	-	-	-	-
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (e)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	72	66	-	-	6	-	-	-	-	-	-	-
Sul América Companhia Nacional de Seguros (a) (d)	Controladora	Saepar Serviços e Participações S.A.	522	-	-	356	-	-	-	-	-	-	-	-
Sul América Companhia de Seguro Saúde (d)	Ligada	Sul América Companhia Nacional de Seguros	59	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gouveia Vieira Advocacia (c)	Outros	Outros	-	-	-	-	-	(2)	(2)	-	-	-	-	-
Total			653	66	1	560	6	(17)	(21)	-	-	-	-	-

Descrição	2014
Créditos tributários (nota 7.4)	350
Débitos tributários (nota 7.4)	(1.064)
Total	(714)
Não circulante	(714)

7.3. Tributos a compensar / recuperar

Descrição	Saldo em 01/01/2013		Atualização		Saldo em 31/12/2013
	Adição	Monetária	Baixa		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	151	533	7	(690)	1
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	100	295	3	(390)	8
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	129	2	6	-	137
Outros	15	-	-	(15)	-
Total	395	830	16	(1.095)	146
Circulante					9
Não circulante					137

Descrição	Saldo em 31/12/2013		Atualização monetária		Saldo em 31/12/2014
	Adição	Monetária	Baixa		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	1	612	-	(475)	138
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	8	305	-	(263)	50
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	137	2	7	-	146
Total	146	919	7	(738)	334
Circulante					188
Não circulante					146

7.4. Movimentação dos créditos e débitos tributários

Descrição	Saldo em 01/01/2013		Consti-tuição		Realiz-ção/ Saldo em 31/12/2013	
	baixa	baixa	baixa	baixa	baixa	baixa
Provisão para perda em investimentos	-	36	-	-	-	36
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais (a)	-	1.219	169	(312)	-	1.076
Perda com ajuste a valor de mercado	-	-	2	-	-	2
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias		1.255	171	(312)		1.114
PIS e COFINS sobre IBNR	-	1.159	255	(93)	-	1.321
Total dos créditos tributários		2.414	426	(405)		2.435
Atualizações de depósitos judiciais	-	(633)	(180)	-	-	(813)
Total dos débitos tributários		(633)	(180)	-		(813)
Total dos créditos tributários líquido dos débitos tributários		1.781	246	(405)		1.622

Descrição	Saldo em 31/12/2013		Consti-tuição		Realiz-ção/ Saldo em 31/12/2014	
	baixa	baixa	baixa	baixa	baixa	baixa
Provisão para perda em investimentos	-	36	-	(36)	-	-
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais (a)	-	1.076	-	(1.076)	-	-

(a) Valor referente aos dividendos a serem distribuídos para acionistas, titulares ou sócios; (b) Valor referente à taxa de administração pela prestação de serviço de gestão de ativos; (c) Valor referente aos serviços prestados de consultoria e acompanhamento dos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributário. Estes contratos são renovados anualmente e liquidados mensalmente; (d) Valor referente a transações de conta corrente entre companhias, referente basicamente, as operações com seguro e reembolso de despesas administrativas; (e) Valor referente ao plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores. Em 2014, a Companhia liquidou dividendos junto aos seus acionistas no montante de R\$428 (R\$275 em 2013), sendo R\$203 (R\$130 em 2013) para a NOVA SAEPAR e R\$225 (R\$145 em 2013) para a SALIC. **12. Compromissos e ônus a liquidar - outros créditos:** Em 31/12/2014, a Companhia possui recursos bloqueados nas contas correntes bancárias referentes a demandas judiciais no montante de R\$2.300 (R\$2.332 em 2013), registrados na rubrica "Outros créditos", no ativo circulante. **13. Depósitos judiciais e fiscais, outras ações judiciais e obrigações fiscais:** **13.1. Depósitos judiciais e fiscais:**

Descrição	2014	2013
Tributárias:		
COFINS	1.735	1.638
PIS	3.980	3.729
Contribuição social	2.749	2.504
Imposto de renda	1.109	1.060
Outros	168	168
Subtotal	9.741	9.099
Previdenciárias:		
INSS	468	446
Cíveis:	20	-
Total	10.229	9.545
Não circulante	10.229	9.545

13.2. Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais:

Descrição	2014		2013		
	Saldos em 01/01/2013	Adições	Atualização monetária	Pagamentos/Baixas	Saldos em 31/12/2013
Tributárias: (a)					
PIS	2.330	-	117	(1.015)	1.432
COFINS	1.050	-	52	-	1.102
CSLL	2.428	154	153	(289)	2.446
Imposto de renda	1.037	30	36	-	1.103
Honorários	106	40	9	-	155
Subtotal	6.951	224	367	(1.304)	6.238
Previdenciárias:					
INSS	431	-	15	-	446
Total	7.382	224	382	(1.304)	6.684
Não circulante					6.684

Descrição	2014		2013		
	Saldos em 31/12/2013	Adições	Atualização monetária	Pagamentos/baixas	Saldos em 31/12/2014
Tributárias: (a)					
PIS	1.432	-	104	-	1.536
COFINS	1.102	-	69	-	1.171
CSLL	2.446	28	209	-	2.683
Imposto de renda	1.103	-	53	(14)	1.142
Honorários	155	-	-	-	155
Subtotal	6.238	28	435	(14)	6.687
Cíveis	-	12	(1)	(11)	-
Previdenciárias:					
INSS	446	-	22	-	468
Total	6.684	40	456	(25)	7.155
Não circulante					7.155

(a) Inclui as obrigações fiscais, que em 31/12/2014 são de R\$6.687 (R\$6.238 em 2013), registradas no passivo não circulante, na rubrica "Obrigações a pagar" (vide nota 8). **13.3. Obrigações fiscais:** COFINS: A Companhia questiona judicialmente a majoração da alíquota da COFINS em 1% (Lei nº 10.684 de 30/05/2003) incidente sobre as receitas geradas nas atividades de seguro e outras receitas. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda sobre a majoração da alíquota de 1% sobre as atividades de seguro e possível sobre outras receitas. Os valores questionados encontram-se provisionados de acordo com a expectativa de perda/desemboço da Administração. PIS: A Companhia questiona judicialmente a legalidade da contribuição do PIS à alíquota de 0,75% sobre a receita bruta, estabelecida pelas Emendas Constitucionais nºs 1/1994, 10/1996 e 17/1997, depositadas judicialmente. Os advogados que patrocinam as causas reputam como possível a perda da demanda. Em 24/05/2013, foi publicada uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) assegurando à SASG o direito de calcular e pagar o PIS, no período de janeiro de 1996 a junho de 1997, de acordo com a Lei Complementar nº 7/1970, sem observar as regras da EC 10/1996 e das Medidas Provisórias que a regulamentaram, que já transitou em julgado. Desta forma, em 2013 realizamos a baixa do valor de R\$ 1.015 e iniciamos os procedimentos necessários para levantamento dos depósitos judiciais. IRPJ: A partir de 01/01/1997, a despesa de contribuição social tornou-se indedutível na base de cálculo do imposto de renda. Em decorrência da alteração mencionada, a Companhia impetrou mandado de segurança, obtendo liminar com depósito judicial, assegurando a dedutibilidade da contribuição na apuração do imposto de renda. Em maio de 2013, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou constitucional o dispositivo legal que obteve a dedução da CSLL na base de cálculo do IRPJ, negando provimento ao Recurso Extraordinário interposto pela Companhia. Os valores questionados encontram-se depositados judicialmente e provisionados na sua totalidade. Cumpre ressaltar que a partir de 2008 a Companhia passou a tributar a despesa de contribuição social na base de cálculo do imposto de renda. CSLL: De janeiro de 1997 a dezembro de 1998, as companhias seguradoras ficaram sujeitas a recolher a contribuição social à alíquota de 18% sobre o lucro tributável, alíquota aplicável às instituições financeiras, ofendendo o princípio da isonomia. A Companhia obteve liminar para recolher a contribuição social à alíquota de 8%, depositando judicialmente a diferença de alíquota para os 18% cobrados, estando o passivo contingente provisionado na sua totalidade. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a expectativa de perda da demanda. Adicionalmente,

com a edição da Lei nº 11.727/2008, a Companhia ficou sujeita a majoração de 6% da alíquota da contribuição social a partir de maio de 2008, passando a alíquota de 9% para 15%. Nesse sentido, a Companhia passou a questionar a constitucionalidade dessa majoração tendo impetrado mandado de segurança, provisionando e depositando judicialmente os valores questionados. Os advogados que patrocinam a causa reputam como possível a perda na demanda. **13.4. Contingências:** Em 31/12/2014, o valor total em discussão dos processos judiciais fiscais cuja probabilidade de perda é classificada como "possível" pelos advogados que patrocinam as causas é de R\$9.798 (R\$3.638 em 2013). Na avaliação da Administração sobre a provável saída de recursos nesses processos, o montante provisionado de R\$2.608 (R\$2.385 em 2013) refere-se principalmente a obrigações fiscais.

14. Patrimônio líquido: **14.1. Capital social:** O capital social da Companhia em 31/12/2014 e 2013 é de R\$9.866, representado por 115.812 ações ordinárias e 115.812 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas. **14.2. Reserva legal:** É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social. **14.3. Reserva estatutária:** Constituída em até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social destinada à expansão de negócios sociais, após as destinações para Reserva Legal e Dividendos, não podendo exceder o montante do capital social. Uma vez atingido tal limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. **14.4. Política de distribuição de dividendos:** O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado em consonância com a legislação em vigor. **14.5. Distribuição do resultado:** Em 31/12/2014, a Companhia apresentou prejuízo no valor de R\$1.412. Em 2013, a distribuição do resultado da Companhia é a seguinte:

Descrição	2013
Lucro antes dos impostos e participações	2.953
(-) Impostos e contribuições	(1.150)
Lucro líquido do exercício	1.803
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(90)
Lucro líquido ajustado	1.713
Dividendos obrigatórios	
25% do lucro líquido ajustado	428
Total dos dividendos obrigatórios propostos	428
Destinação:	
Constituição de reserva estatutária	1.285

15. Detalhamento das contas do resultado: **15.1. Ramos de atuação:**

Descrição	2014			2013		
	Prêmios ganhos	Sinistralidade	Comissão	Prêmios ganhos	Sinistralidade	Comissão
DPVAT	14.541	87,90%	1,40%	27.702	87,3%	1,4%

15.2. Sinistros ocorridos:

Descrição	2014	2013
Sinistros	(10.747)	(22.195)
Varição de sinistros ocorridos mas não avisados	(2.034)	(1.987)
Total	(12.781)	(24.182)

15.3. Custos de aquisição: Os custos de aquisição da Companhia consistem, em sua totalidade, de comissões sobre prêmios emitidos do consórcio DPVAT que em 31/12/2014 é de R\$207 (R\$397 em 2013).

15.4. Outras receitas e despesas operacionais:

Descrição	2014	2013
Despesas com operações de seguros	(299)	(569)
Despesas com cobrança de seguros	(817)	(1.593)
Constituição / (Reversão) de contingências e outras operações de seguros	(4)	-
Receitas operacionais consórcio DPVAT	66	136
Outras receitas operacionais de seguros	43	292
Total	(1.011)	(1.734)

15.5. Despesas administrativas:

Descrição	2014	2013
Serviços de terceiros	(232)	(222)
Localização e funcionamento	(122)	(30)
Despesas administrativas do convênio DPVAT	(473)	(1.161)
Despesa com publicações	(104)	(96)
Outras	(48)	31
Total	(979)	(1.478)

15.6. Resultado financeiro: **15.6.1. Resultado financeiro por categoria:**

Descrição	2014	2013
Títulos e valores mobiliários	2.082	2.729
Valor justo por meio do resultado	1.455	2.126
Disponível para venda	627	603
Operações de seguros	(1.358)	(2.031)
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	244	101
Outros	111	85
Total	1.079	884

Diretoria: Diretor Presidente: Gabriel Portella Fagundes Filho. **Diretor Vice-Presidente:** Marco Antonio Antunes da Silva. **Diretores:** Arthur Farme d'Amoed Neto, Carlos Alberto de Figueiredo Trindade Filho, Cristiano Donisete Barbieri, Emil Andery, Laenio Pereira dos Santos, Leila Ribeiro de Azevedo e Gregorio. Matias Antonio Romano de Ávila. **Contador:** Mauro Reis d'Almeida - CRC RJ 066.620/O-7. **Atuário:** Marcos Vinicius Spiguel Coelho Castro - MIBA/MTPS/1.404.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

1. O Comitê de Auditoria da Sul América Companhia de Seguros Gerais ("Companhia") no âmbito de suas atribuições, relativamente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, até a presente data: • Reuniu-se com os responsáveis pelas auditorias interna e independente, bem como com os representantes da administração da Companhia, para, entre outras atribuições, verificar o cumprimento das recomendações do Comitê de Auditoria ("Comitê"); • Constatou que não foram identificadas deficiências relevantes que colocassem em risco a efetividade das auditorias independente e interna e do sistema de controles internos da Companhia; • Verificou que a auditoria interna e o sistema de controles internos da Companhia atendem às necessidades da Companhia, não tendo identificado deficiências relevantes que colocassem em risco a efetividade da auditoria interna e do sistema de controles internos da Companhia; • Com base nas informações das auditorias independente e interna, não identificou falhas no cumprimento da legislação

aplicável, da regulamentação e das normas internas da Companhia que pudessem colocar em risco a continuidade do negócio; e • Revisou, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, considerando-as adequadas quanto à observância das práticas contábeis referendadas pela SUSEP e adotadas no Brasil e da legislação aplicável e aptas para publicação ou arquivamento junto à SUSEP. 2. O Comitê não identificou a existência ou evidência de erros ou fraudes de que trata o art. 25 da Resolução CNSP nº 312, de 16 de junho de 2014. 3. O Comitê verificou o atendimento ao disposto no § 4º do art. 14 da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007 e não identificou o descumprimento de dispositivos legais e regulamentares. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2015. Carlos José da Silva Azevedo - Presidente. Jorge Augusto Hirs Saab - Membro. Domingos Carelli Neto - Membro.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Sul América Companhia de Seguros Gerais. Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras.** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor,

incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2015